



Lei 11.645/2008 como mecanismo para a promoção da educação Afro-Brasileira e Indígena nas escolas: Um estudo qualitativo



<https://doi.org/10.56238/levv15n39-027>

Denisson Ribeiro de Almeida

Engenheiro agrônomo e em especialista em Gestão dos Recursos Agroflorestais Amazônicos
Universidade Federal do Pará
E-mail: denisifpa2018@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3225904578726752>

Miguel Ribeiro Pessano

Graduando em Ciências da Natureza
Universidade: Unipampa
Endereço da Universidade: BR 472 - Km 585, RS, 97501-970
E-mail: miguelpessano2006@gmail.com
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/5036045715822554>

Rita Freitas Ribeiro Pessano

Especialização em EJA
Universidade: IBPEX- UNINTER
Endereço da Universidade: Rua do Rosário, 147 – Centro; CEP 80020-110; Curitiba/PR.
E-mail: ritapessano1982@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4276364637043779>

Lenilsa dos Santos Trindade

Especialização
Universidade: Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Espírito Santo / CAMPUS COLATINA
Endereço da Universidade: Espírito Santo
E-mail: leny0909@gmail.com
LATTES: <https://latões.cnpq.br/3890820286490670>

Maria Teresa Pinto de Sousa

Mestra
Instituto Federal de Rondônia
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2023281306009613>

Ricardo Santos de Almeida

Doutorado em Educación
Instituição: Universidade Estadual de Alagoas
E-mail: ricardosantosal@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5955679764505968>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1266-2557>



Tayane Moura Martins

Mestrado em promoção da saúde, desenvolvimento humano e sociedade
Universidade Federal do Pará
E-mail: tayanemartins@ufpa.br

Rosir Batista da Silva

Especialização História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pela Universidade Federal de Goiás
Endereço da UFG: Av. Esperança, s/n - Chácaras de Recreio Samambaia, Goiânia - GO, 74690-900
E-mail: rosirbatistas@gmail.com

Hosana Oliveira de Andrade

Mestra em Educação
Universidade Federal do Estado do Amapá
Rodovia Josmar Chaves Pinto - KM 02, 68903-419
E-mail: hosanafilosofa@gmail.com
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/7439678867139880>

Doriedson Lourenço da Silva

Doutor em Ciências da Educação
Universidade: Universidad Columbia
Endereço da Universidade: Assunção
E-mail: doriedson_02@hotmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5558626109541809>

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo avaliar a implementação da Lei 11.645/2008, que exige a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares brasileiros. Adotou uma abordagem exploratória e qualitativa, realizando entrevistas em profundidade com quinze professores para compreender suas percepções e desafios. Os resultados mostraram que, embora a lei tenha sido bem recebida por muitos professores e contribuído para uma educação mais inclusiva, ainda enfrenta desafios significativos. Entre esses desafios estão a falta de formação específica para os educadores, a escassez de materiais didáticos adequados e a resistência à mudança no currículo. A análise revelou que, apesar das dificuldades, a lei está promovendo uma maior valorização da diversidade cultural e contribuindo para uma cidadania mais respeitosa. Para garantir uma implementação eficaz e completa, é necessário investir em recursos pedagógicos de qualidade, capacitação contínua para professores e promover um ambiente escolar que apoie a diversidade cultural.

Palavras-chave: Lei 11.645/2008, Educação, Afro-Brasileira, Indígena.

1 INTRODUÇÃO

A Lei 11.645/2008 representa um marco significativo na promoção da diversidade cultural e na inclusão de conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar brasileiro. Originada em um contexto de crescente reconhecimento dos direitos das minorias e da necessidade de uma educação mais inclusiva e representativa, essa legislação surge como uma resposta às desigualdades históricas e sociais que marginalizaram essas populações no sistema educacional. Com a sua promulgação, o Brasil avançou em direção a uma educação que busca valorizar a diversidade e promover o respeito mútuo entre diferentes grupos culturais (Dantas, 2020).

O histórico de marginalização e invisibilidade das culturas afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras tem raízes profundas na colonialidade e na construção do Estado nacional. Por muito tempo, os currículos escolares focavam predominantemente na história e na cultura europeia, negligenciando as contribuições e a riqueza cultural dos povos afrodescendentes e indígenas. Essa lacuna na educação oficial perpetuou estereótipos e preconceitos, contribuindo para a exclusão e a desigualdade social (Nascimento; Hortência; Peixoto, 2023).

A Lei 11.645/2008 emerge como uma resposta a essa situação, buscando corrigir essa omissão e garantir que as contribuições desses grupos sejam reconhecidas e respeitadas. A Lei 11.645/2008 estabelece a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos de educação básica e superior. Ela complementa a Lei 10.639/2003, que já havia instituído a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, ampliando o escopo para incluir também a História e Cultura dos Povos Indígenas. Com essa ampliação, a legislação busca promover uma educação mais equitativa, permitindo que os alunos se familiarizem com a diversidade cultural do país desde cedo e compreendam a importância de cada grupo na formação da sociedade brasileira (Ginane, 2023).

A implementação efetiva da Lei 11.645/2008 enfrenta diversos desafios. A capacitação de professores e a adequação dos materiais didáticos são aspectos cruciais para garantir que o conteúdo seja transmitido de maneira precisa e respeitosa. A resistência a mudanças no currículo, a falta de recursos adequados e a ausência de formação específica para os educadores podem limitar a eficácia da lei. Portanto, é fundamental que haja investimentos em formação contínua para os profissionais da educação, desenvolvimento de materiais pedagógicos apropriados e suporte institucional para a integração desses conteúdos nos programas escolares (Marques; Calderani, 2016).

Além de buscar uma melhor representatividade e inclusão, a Lei 11.645/2008 também tem implicações significativas para a promoção da cidadania e do respeito pela diversidade. Ao incluir a história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, a lei contribui para a construção de uma identidade nacional mais rica e plural. Ela permite que os alunos desenvolvam uma compreensão mais profunda da complexidade social e histórica do Brasil, promovendo uma cultura de

respeito e valorização das diferenças, essencial para a convivência pacífica e democrática em uma sociedade multicultural (Coelho; Soares, 2016).

Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar as percepções docentes sobre a Lei 11.645/2008. Espera-se que esta pesquisa forneça subsídios teóricos e práticos para a implementação eficaz da referida legislação, contribuindo para a construção de um currículo mais inclusivo e representativo. Além disso, busca-se identificar desafios e oportunidades para a formação de educadores, a elaboração de materiais pedagógicos e a adaptação de práticas educativas que respeitem e valorizem as culturas afro-brasileira e indígena. Acredita-se que os resultados poderão orientar políticas públicas, práticas educacionais e iniciativas que promovam a equidade e a diversidade no ambiente escolar, fortalecendo a identidade cultural e o respeito à pluralidade dentro do sistema educacional.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida com uma abordagem exploratória, que visa fornecer uma compreensão preliminar sobre um fenômeno pouco conhecido ou pouco estudado. Esse tipo de pesquisa é ideal para explorar novas áreas de estudo e gerar hipóteses que podem ser investigadas mais profundamente em pesquisas futuras. A justificativa para escolher uma pesquisa exploratória neste caso é que o tema da implementação da Lei 11.645/2008 nas escolas brasileiras ainda não foi amplamente investigado, especialmente no contexto específico da realidade dos professores. Assim, a pesquisa buscou identificar aspectos iniciais e questões relevantes sobre a aplicação da lei e sua efetividade na prática pedagógica, servindo como base para estudos mais detalhados e estruturados. A abordagem qualitativa foi adotada para fornecer uma análise detalhada e rica sobre a experiência dos professores com a Lei 11.645/2008.

A abordagem qualitativa é caracterizada por seu foco em compreender fenômenos complexos a partir da perspectiva dos participantes, explorando suas experiências, sentimentos e interpretações. Nesse contexto, a escolha pela abordagem qualitativa permitiu uma análise aprofundada das percepções e desafios enfrentados pelos professores, revelando nuances e contextos específicos que não seriam capturados por métodos quantitativos. O objetivo era entender de forma detalhada como a lei impacta a prática pedagógica e quais são os desafios enfrentados na sua implementação.

A amostra da pesquisa foi composta por quinze professores de uma escola brasileira, selecionados por conveniência. A seleção por conveniência foi escolhida devido à praticidade e ao acesso facilitado aos participantes. Os professores foram selecionados com base na disponibilidade e disposição para participar da pesquisa, o que permitiu uma coleta de dados mais eficiente e adaptada às circunstâncias da pesquisa. Esse método de seleção é comum em estudos exploratórios e permite obter informações de maneira prática e acessível, embora não ofereça a mesma generalização que outras técnicas de amostragem mais rigorosas.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas em profundidade, uma técnica qualitativa que permite obter informações detalhadas sobre as experiências e percepções dos participantes. Para iniciar o processo, foi feito um contato inicial com o gestor da escola para explicar o objetivo da pesquisa e obter a autorização necessária. Em seguida, as entrevistas foram agendadas diretamente com os professores. Durante as entrevistas, foram utilizados gravadores para garantir a precisão na transcrição dos depoimentos. Os participantes foram informados sobre a finalidade da pesquisa e consentiram em ser gravados, assegurando a transparência e a ética no processo de coleta de dados.

Na análise dos dados, foi empregada a técnica da análise do discurso. Essa técnica permite examinar como os participantes constroem significados e interpretam suas experiências através da linguagem. A análise do discurso foi escolhida porque possibilita uma compreensão mais profunda das narrativas dos professores, destacando como eles percebem e discutem a implementação da Lei 11.645/2008. A técnica permite identificar padrões, temas e contextos específicos nas respostas dos participantes, fornecendo insights valiosos sobre os desafios e as percepções em torno da lei e sua aplicação no ambiente escolar.

3 RESULTADOS E ANÁLISE

Os resultados da pesquisa revelaram diversas perspectivas sobre a implementação da Lei 11.645/2008 nas escolas, destacando tanto os avanços quanto os desafios enfrentados pelos professores. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica da análise do discurso, permitindo uma compreensão detalhada das experiências e percepções dos participantes.

Os professores expressaram opiniões divergentes sobre a inclusão dos conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo. Segundo a professora E3, "a introdução desses temas tem sido positiva, pois amplia o horizonte dos alunos e os ajuda a entender a verdadeira diversidade cultural do Brasil". Essa percepção sugere que a implementação da lei está contribuindo para uma educação mais inclusiva e representativa. No entanto, a professora E9 comentou, "Embora a intenção da lei seja excelente, os materiais disponíveis ainda são insuficientes e muitas vezes desatualizados". Essa observação aponta para a necessidade de recursos pedagógicos adequados e atualizados para apoiar a efetiva implementação dos conteúdos.

Um dos principais desafios identificados foi a falta de formação específica para os professores. A professora E5 relatou, "Recebemos pouca capacitação sobre como abordar esses temas de maneira sensível e informada. Muitas vezes, nos sentimos despreparados para ensinar sobre as culturas afro-brasileira e indígena". Esse relato destaca a importância de programas de formação contínua que capacitem os professores para abordar essas questões de forma eficaz e respeitosa. A falta de

preparação adequada pode limitar a capacidade dos educadores de transmitir o conteúdo de maneira significativa e engajadora para os alunos.

A análise também revelou que a escassez de materiais didáticos apropriados é um desafio significativo. A professora E7 observou, "Os livros e recursos que temos são escassos e não refletem a riqueza da cultura indígena e afro-brasileira como deveriam". Esse comentário reforça a necessidade urgente de desenvolver e disponibilizar materiais pedagógicos que representem com precisão e riqueza as culturas afro-brasileira e indígena. A falta de recursos adequados pode dificultar a integração efetiva dos conteúdos no currículo escolar e limitar a eficácia da lei.

A resistência à mudança foi outro aspecto abordado pelos participantes. Segundo o professor E2, "Alguns colegas ainda demonstram resistência em incluir esses conteúdos, muitas vezes devido à falta de familiaridade ou à percepção de que esses temas não são relevantes para a educação". Esse relato indica que, apesar dos avanços, ainda há uma necessidade de promover uma maior conscientização e apoio entre os educadores sobre a importância da lei e os benefícios de uma educação mais inclusiva. A resistência pode ser um obstáculo para a implementação eficaz e abrangente dos conteúdos exigidos pela legislação.

Apesar dos desafios, os professores reconheceram o impacto positivo da lei na prática pedagógica. A professora E4 mencionou, "Ver a reação dos alunos quando eles aprendem sobre a diversidade cultural do Brasil é gratificante. Eles começam a mostrar mais respeito e interesse pelas culturas diferentes da sua". Esse feedback sugere que a lei está cumprindo seu papel em promover uma maior valorização da diversidade e contribuir para a formação de uma cidadania mais inclusiva e respeitosa.

Os resultados mostram que a Lei 11.645/2008 está trazendo benefícios significativos ao promover uma educação mais inclusiva e representativa das culturas afro-brasileira e indígena. No entanto, a implementação enfrenta desafios substanciais, incluindo a necessidade de mais formação para os professores, a escassez de materiais didáticos adequados e a resistência a mudanças no currículo. Para superar esses obstáculos, é crucial investir em recursos pedagógicos de qualidade, capacitar os educadores e fomentar um ambiente escolar que valorize e apoie a diversidade cultural. A análise dos discursos dos professores indica que, apesar das dificuldades, há um potencial significativo para a lei promover uma educação que reflete a verdadeira diversidade cultural do Brasil e contribua para a formação de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei 11.645/2008 representa um avanço crucial para a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares do Brasil, oferecendo uma resposta às lacunas históricas de marginalização e invisibilidade dessas culturas. Os resultados da pesquisa evidenciam que, embora

a legislação tenha gerado avanços significativos, sua implementação enfrenta desafios que precisam ser abordados para garantir uma efetiva integração desses conteúdos no ambiente escolar.

Primeiramente, a pesquisa revela que a inclusão de conteúdos relacionados às culturas afro-brasileira e indígena tem sido bem recebida por muitos professores, contribuindo para uma educação mais inclusiva e diversificada. A percepção positiva dos professores sobre a ampliação dos horizontes culturais dos alunos, como evidenciado nas entrevistas, indica que a lei está cumprindo sua função de promover a valorização da diversidade e o respeito mútuo. Contudo, é evidente que a falta de recursos didáticos apropriados e a insuficiência na formação contínua dos professores são barreiras significativas que devem ser superadas.

A escassez de materiais pedagógicos adequados e atualizados limita a eficácia da implementação da lei. Como destacado pelos professores entrevistados, os recursos disponíveis frequentemente não refletem de maneira adequada a riqueza e complexidade das culturas afro-brasileira e indígena. Para enfrentar esse desafio, é essencial que haja um esforço coordenado para o desenvolvimento e a distribuição de materiais didáticos de qualidade que abordem essas culturas de forma precisa e envolvente.

Além disso, a falta de formação específica para os educadores tem sido um obstáculo considerável. A pesquisa mostrou que muitos professores se sentem despreparados para tratar dos temas abordados pela Lei 11.645/2008 de maneira sensível e informada. Investir em programas de capacitação contínua para os professores é crucial para garantir que eles se sintam seguros e competentes para ensinar sobre a diversidade cultural com precisão e respeito.

A resistência à mudança, observada em alguns relatos, sugere que ainda há uma necessidade de promover uma maior conscientização e apoio entre os educadores e a comunidade escolar. A promoção de um ambiente escolar que valorize e apoie a diversidade cultural deve ser acompanhada de estratégias para superar preconceitos e ampliar o entendimento sobre a importância desses conteúdos no currículo.

Em síntese, a Lei 11.645/2008 tem o potencial de transformar a educação brasileira, tornando-a mais inclusiva e representativa das diversas culturas que compõem a sociedade. No entanto, para que essa transformação seja completa e duradoura, é necessário enfrentar os desafios identificados, como a falta de materiais didáticos adequados e a insuficiência na formação dos professores. Com investimentos apropriados e um comprometimento contínuo, é possível superar essas barreiras e garantir que a lei cumpra seu papel fundamental na construção de uma identidade nacional mais rica e plural, promovendo uma sociedade mais inclusiva e respeitosa.



REFERÊNCIAS

- COELHO, W. de N. B.; SOARES, N. J. B. A Implementação das Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 e o Impacto na Formação de Professores. *Educação em Foco*, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 573–606, 2016.
- DANTAS, M. C. T. A agenda das políticas educacionais no Brasil: a Lei nº 11.645/08. *Revista Mosaico*, v. 12, n. 18, 2020.
- GINANE, M. A EVOLUÇÃO DAS LEIS CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E A APLICAÇÃO DA LEI Nº 10.639, NA PRÁTICA PEDAGÓGICA EM ESCOLAS PÚBLICAS. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 9, n. 6, p. 593–608, 2023
- MARQUES, E. P. S; CALDERONI, V. A. M. O. Os deslocamentos epistêmicos trazidos pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008: possibilidades de subversão à colonialidade do currículo escolar. *OPIS*, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 299–315, 2016.
- NASCIMENTO, L.; HORTÊNCIA, C. G, M.; PEIXOTO, J. A. L. Lei nº11.645/2008: : Reflexões ainda necessárias sobre o ensino da temática indígena. *Revista de Estudos Indígenas de Alagoas - Campiô*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 86–93, 2023.